

Relato Integrado em uma Empresa de Grande Porte Antes e Depois: O Que Mudou Após a Nova Norma?

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12192226>

Nayara Cristina Córdoba Silva

Bacharel em Ciências Contábeis, UNIR
Universidade Federal de Rondônia
nayara.cristina.cordoba.silva@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-0013-2246>

Alexandre de Freitas Carneiro

Doutor em Administração - Universidad Nacional de Misiones, Argentina
Universidade Federal de Rondônia
alexandre.freitas@unir.br
<https://orcid.org/0000-0003-1910-6043>

Elizângela Maria Oliveira Custódio

Mestre em Ciências das Religiões - Faculdade Unida de Vitória
Universidade Federal de Rondônia
elizangelacustodio@unir.br
<https://orcid.org/0000-0002-0528-1011>

Isaac Costa Araújo Filho

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIR
Universidade Federal de Rondônia
isaac.costa@unir.br
<https://orcid.org/0009-0009-0885-2260>

Resumo

O Relato Integrado é um demonstrativo que combina informações financeiras e não financeiras, com o principal objetivo de comunicar aos provedores de capital a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazo. Com a adoção da CTG 09 (CFC), o Relato Integrado busca complementar sua estrutura, destacando a visão orientada para o futuro, brevidade e foco estratégico. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a divulgação do Relato Integrado e dos capitais propostos pela estrutura conceitual da CTG-09 em uma empresa de grande porte. Para isso, foi realizada uma análise comparativa dos relatórios de 2015 e 2022, a fim de verificar as mudanças aplicadas após a publicação da norma do CFC. Os resultados indicam que, em relação à divulgação dos capitais (financeiro, intelectual, humano, social e ambiental), as regras foram plenamente seguidas no relatório integrado de 2022. No entanto, não foi evidenciada a divulgação do capital manufaturado. Além disso, a análise da geração de valor da empresa, a Demonstração do Valor Adicionado e os elementos de conteúdo estão em conformidade com a norma, mesmo sendo tratado brevemente sobre esses assuntos.

Palavras-chave: Divulgação voluntária. Relato Integrado. Sustentabilidade.

Integrated Reporting in a Large Company Before and After: What Has Changed After the New Standard?

Abstract

The Integrated Report is a statement that combines financial and non-financial information, with the main objective of communicating to capital providers the organization's ability to generate value in the short, medium and long term. With the adoption of CTG 09 (CFC), the Integrated Report seeks to complement its structure, highlighting the future-oriented vision, brevity and strategic focus. The general objective of this paper is to analyze the disclosure of the Integrated Report and the capitals proposed by the conceptual framework of CTG-09 in a large company. To this end, a comparative analysis of the 2015 and 2022 reports was carried out in order to verify the changes applied after the publication of the CFC standard. The results indicate that, in relation to the disclosure of capital (financial, intellectual, human, social and environmental), the rules were fully followed in the 2022 integrated report. However, the disclosure of manufactured capital was not evidenced. In addition, the analysis of the company's value generation, the Statement of Added Value and the content elements are in accordance with the standard, even though these subjects are dealt with briefly.

Keywords: Voluntary disclosure. Integrated Reporting. Sustainability.

1 Introdução

O Relato Integrado, também conhecido como "Relatório Integrado (RI)", é uma abordagem de comunicação empresarial que busca fornecer uma visão abrangente e holística do desempenho e valor de uma organização. Essa prática de relatório visa ir além das tradicionais projeções financeiras e contábeis para incluir informações sobre o desempenho não financeiro. Anterior ao RI, comumente se denominam os Relatórios de Sustentabilidade (RS), meio de comunicação empresarial utilizado para fornecer informações sobre questões de sustentabilidade aos interessados nas informações da organização (PRATES; AVELINO, 2024).

O Relatório Integrado, conforme orientado pela CTG 09 (Comunicado Técnico Geral), é uma norma do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, o qual busca conectar os aspectos financeiros, ambientais, sociais e de governança da empresa em um único relatório. Essa abordagem permite que os *stakeholders* tenham uma compreensão mais abrangente do desempenho da empresa e das estratégias adotadas para criar valor a longo prazo. Ele fornece informações sobre como a gestão de recursos, práticas de governança, relacionamentos com *stakeholders*, abordagens para questões ambientais e sociais e a capacidade da empresa de gerar valor sustentável.

Antes da CTG 09, da adoção do Relato Integrado, as empresas geralmente seguem uma abordagem mais tradicional de divulgação de informações financeiras e contábeis. Os relatórios financeiros se concentraram principalmente em aspectos contábeis, financeiros e fluxos de caixa. Embora esses relatórios forneçam informações importantes sobre a saúde financeira da empresa, eles não refletem completamente outros aspectos relevantes para a tomada de decisões e avaliação do desempenho empresarial.

Com a emissão da CTG 09 pelo CFC, houve uma mudança significativa na abordagem das empresas em relação à divulgação de informações. Esta norma estabeleceu diretrizes para a elaboração de Relatório Integrado, incentivando as empresas a adotarem uma visão mais ampla e completa de sua atuação, considerando a integração entre informações financeiras e não financeiras (PAREDES; BESEN; ALMEIDA, 2022). Relatórios Integrados representam um avanço significativo na transparência e prestação de contas das empresas, alinhando-se às demandas crescentes por informações mais abrangentes e relevantes por parte dos investidores, reguladores, funcionários, clientes e sociedade em geral.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca responder à questão de pesquisa: Como está a divulgação do Relato Integrado, bem como dos capitais propostos pela atual estrutura conceitual da CTG-09, de uma empresa de grande porte? O objetivo principal é analisar como está a divulgação do Relato Integrado e dos capitais propostos pela estrutura conceitual da CTG-09 em uma empresa de grande porte. Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos objetivos específicos, que incluem identificar os capitais presentes no Relato Integrado nas edições de 2015 (antes) e 2022 (depois) da empresa escolhida, analisar o conteúdo dos capitais divulgados em relação à estrutura conceitual para o Relato Integrado, e verificar as mudanças aplicadas no relatório integrado da empresa após a publicação da norma, CTG 09 (CFC, 2020).

A relevância deste estudo reside nas discussões da necessidade de se aprimorar a prática e divulgação do Relato Integrado. Isso visa não apenas melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro, mas também proporcionar uma alocação de capital mais eficiente (IIRC, 2014). Com a adoção da CTG 09 - CFC e do Relato Integrado, pode-se esperar um avanço além da transparência e prestação de contas, incluindo a geração de valor da empresa. Ao analisar a aplicação da norma CTG-09 em uma empresa de grande porte, este estudo contribuirá para a discussão sobre as diretrizes estabelecidas pelo CFC para o reconhecimento, mensuração e divulgação no Relato Integrado das empresas.

2 Referencial Teórico

2.1 Relatório único

The Prince's Accounting for Sustainability Project (A4S) é uma iniciativa fundada pelo Príncipe de Gales em 2004, com o objetivo de promover a integração da sustentabilidade nas práticas empresariais. O projeto foi criado com a compreensão de que a sustentabilidade não deve ser apenas uma consideração periférica ou uma estratégia de marketing, mas sim uma parte fundamental das operações corporativas para beneficiar as gerações presentes e futuras. (*Accountig For Sustainability*, 2016).

De acordo com Cintra (2011), a abordagem do A4S para integrar a sustentabilidade aos negócios da empresa concentra-se em catalisar mudanças de mentalidade nas organizações, fontes de informação, processos de tomada de decisão e estratégias de divulgação, incentivando a adoção de práticas de contabilidade e relatórios que considerem os impactos econômicos, sociais e ambientais das atividades empresariais. A iniciativa reconhece que a sustentabilidade não é apenas um aspecto de responsabilidade corporativa, mas também uma fonte de oportunidades para a inovação e aprimoramento operacional.

Em 2009, iniciaram-se as discussões para a criação de um órgão internacional que estabelecesse uma estrutura conceitual para elaboração dos relatos integrados (King; Roberts, 2013). A partir desse contexto, emerge o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), uma entidade com a função de normatizar a estrutura dos relatórios integrados, estabelecendo um padrão de referência para as empresas que optarem por incorporar os relatórios integrados em suas demonstrações. Na Figura 1 está esquematizada a evolução histórica do RI.

FIGURA 1- PRINCIPAIS MARCOS DA CRIAÇÃO DA ESTRUTURA DO RELATO INTEGRADO (RI).



Fonte: Adaptado de Montavani et al., 2017, p. 33.

A figura representa sobre os principais marcos da criação da Estrutura do Relatório Integrado, tendo o lançamento do conceito inicial em 2011, em que a *International Integrated Reporting Council* (IIRC) criou para delinear os princípios e a abordagem que serviriam como base para o desenvolvimento da Estrutura Conceitual do Relatório Integrado. Após a criação, em 2012, foi analisado os *feedbacks* de partes interessadas para moldar a Estrutura e buscar sua melhoria e o desenvolvimento conceitual.

Em 2013, o IIRC lançou oficialmente a Estrutura do Relatório Integrado (RI), e com a implementação em 2014, essa estrutura fornece orientações sobre como as organizações podem preparar relatórios que comuniquem seu modelo de negócios, estratégia, governança e desempenho de maneira integrada. E, o último marco, em 2020, sobre o CTG-09, para complementar a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do RI, do CFC, que busca conectar os aspectos financeiros, ambientais, sociais e de governança da empresa em um único relatório.

São três conceitos centrais que guiam a elaboração de um RI, segundo a estrutura do IIRC: o processo de geração de valor para si e para o outro, os seis capitais e o novo modelo de negócios (KASSAI; CARVALHO, 2013; KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019). Não se deve apenas

limitar a indicadores financeiros, como lucro e retorno sobre o investimento, pois busca comunicar como a organização gera valor por meio de diferentes tipos de capital. Segundo Fenker et al., (2015), existem grupos de pressão social e ambiental que propugnam pela responsabilidade socioambiental e ética empresarial, por isso o tripé da sustentabilidade vai além do lucro financeiro, no entanto, existe discussão internacional de uma moderna abordagem conhecida como *Multiple Bottom Line*, alinhando os focos como: econômicos, governança, éticos, sociais e ambientais (BROCKETT; REZAEI, 2013).

O primeiro livro sobre relatórios integrados, intitulado “*One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy*”, foi publicado em 2010, e traduzido para o português do Brasil, em 2011, como “Relatório Único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável.”, escrito por Robert G. Eccles, professor de Harvard, atual membro *do International Integrated Reporting Council* (IIRC), presidente fundador do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), dos Estados Unidos (MACIEL, 2015).

De acordo com a *Integrated Reporting Council* (IIRC, 2011), os RIs têm como propósito respaldar a ampla padronização das informações corporativas, enfatizando os esforços globais das organizações em direção à uniformização dos padrões contábeis-financeiros. A IIRC reconhece que os demonstrativos integrados desempenharão um papel crucial ao fornecer acesso a informações que não estão contidas nos relatórios financeiros convencionais. Portanto, vale ressaltar que os relatórios integrados não almejam substituir os demonstrativos atuais, mas sim enriquecê-los como uma complementação significativa.

O RI tem como propósito fomentar uma abordagem integrada e eficaz, com o objetivo de atender à demanda cada vez maior dos investidores e credores, aprimorar a qualidade das informações e transparência a eles, viabilizando uma alocação de capital mais otimizada (IIRC, 2014; PEREZ JUNIOR; OLIVIERI NETO; SILVA, 2014). Para a IIRC (2014), numa perspectiva de prazo mais alongado, a mentalidade integrada será firmemente estabelecida como uma norma predominante nas práticas do mercado, seja no âmbito público ou privado. O RI desempenhará um papel fundamental ao simplificar a comunicação como formato padrão de relatório.

Para Garcia e Souza (2021), o RI destaca o pensamento integrado como ponto focal e a Estrutura Internacional de RI é baseada nos seguintes princípios: foco estratégico e orientação futura, conectividade de informações, receptividade de partes interessadas, materialidade e concisão, confiabilidade e completude, consistência e comparabilidade.

Já as lacunas de engajamento e de utilização do RI entre os atores sociais foram identificadas por Maria, d'Angelo e Borgerth (2022) e são eles: ausência do pensamento integrado nas organizações; exclusão do RI na governança corporativa; ausência de padronização de metodologias de mensuração de impactos e de *disclosure* de riscos; desconhecimento da abrangência dos temas do RI; e controvérsia entre a regulação e a autorregulação do RI.

De acordo com IIRC (2014), o relato integrado não tem como foco a quantificação ou monetização do valor da empresa em um momento específico, tampouco visa mensurar o valor acumulado ao longo de um período ou seus usos e impactos nos diversos capitais. A estrutura conceitual do Relato Integrado, proposta pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), identifica seis tipos de capitais que uma empresa pode utilizar e interagir para criar valor ao longo do tempo. Esses capitais são cruciais para a capacidade da organização de atingir seus objetivos e sustentar seu modelo de negócio.

2.1.1 Os Capitais Integrantes do Relato Integrado

A CTG 09, aprovada no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 28 de dezembro de 2020, contam com variadas formas de capital para a integração. Nesta diretriz, esses capitais são categorizados em capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural. (CFC, 2020).

Conforme o IIRC (2011), existe um fluxo contínuo de capitais, resultando em sua não-permanência estável ao longo do tempo. Os acréscimos, decréscimos e transformações asseguram a fluidez desses recursos. Um tipo de capital pode se metamorfosear em outro, como ilustrado no caso do aprimoramento do capital humano mediante investimentos em treinamento, que consequentemente resultam na diminuição do capital financeiro.

O quadro 1 ilustra os tipos de capitais.

QUADRO 1 - CONCEITUAÇÃO DOS DIVERSOS CAPITAIS DA EMPRESA.

Capitais	Conceitos
Capital financeiro	Abrange o conjunto de recursos que está disponível à organização para ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços; e é obtido por meio de recursos, tais como dívidas (empréstimos e financiamentos), participações societárias ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos.
Capital manufaturado	Abrange os objetos físicos manufaturados (diferentes de objetos físicos naturais) disponíveis à organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, incluindo: prédios; os equipamentos; e o infraestrutura (tais como estradas, portos, pontes e instalações para o tratamento de água e esgoto).

Relato Integrado em uma Empresa de Grande Porte Antes e Depois: O Que Mudou Após a Nova Norma?

Nayara Cristina Córdoba Silva, Alexandre de Freitas Carneiro, Elizângela Maria Oliveira Custódio, Isaac Costa Araújo Filho

Capital intelectual	Abrange os intangíveis organizacionais e baseados em conhecimento, incluindo: a propriedade intelectual, tais como patentes, direitos autorais, <i>softwares</i> , direitos e licenças; e o "capital organizacional", tais como conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos.
Capital humano	Abrange as competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar, incluindo: o seu alinhamento e apoio à estrutura de governança, ao gerenciamento de riscos e aos valores éticos; a capacidade de entender, desenvolver e implementar a estratégia da organização; e lealdade e motivação para melhorar processos, bens e serviços, incluindo a capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
Capital social e de relacionamento	Abrange as instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas (<i>stakeholders</i>) e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. O capital social e de relacionamento inclui: os padrões compartilhados, bem como valores e comportamentos comuns; a relação com as principais partes interessadas (<i>stakeholders</i>), além da confiança e compromisso que uma organização desenvolve e procura construir e proteger com as partes interessadas;
Capital natural	Abrange todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura da organização. Isso inclui: o ar, água, terra, minerais e florestas; e o a biodiversidade e a qualidade do ecossistema.

Fonte: CFC, 2020, p. 08.

Conforme o quadro apresentado de conceituação dos diversos capitais da empresa, o RI desempenha um papel crucial ao proporcionar uma compreensão abrangente dos elementos fundamentais que contribuem para o seu valor e sustentabilidade. Cada capital, identificado e categorizado pela estrutura conceitual, representa uma dimensão específica que a organização utiliza e interage para criar e manter valor ao longo do tempo.

2.1.2 Elementos de Conteúdo

Como caracteriza a norma CTG 09, (CFC, 2020), os Elementos de Conteúdo estão intrinsecamente interligados e não possuem exclusividade mútua. A ordem dos Elementos de Conteúdo apresentada não é a única forma de organizá-los sequencialmente. Portanto, os Elementos de Conteúdo não devem ser utilizados como um formato padrão para a estrutura do Relato Integrado, em que as informações são rigidamente dispostas em uma sequência fixa ou como seções independentes e isoladas.

O Relato Integrado inclui oito Elementos de Conteúdo, são eles: 1 - visão geral da organização e de seu ambiente externo; 2 - governança; 3 - modelo de negócios; 4 - riscos e oportunidades; 5 - estratégia e alocação de recursos; 6 - desempenho; 7 - perspectiva; 8 - base para elaboração e apresentação e, ao fazê-lo, considera: orientações gerais sobre o relato. (CFC, 2020).

2.2 Comunicado técnico geral CTG 09 (CFC) – Relato Integrado

A norma atual do RI é a CTG 09, Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, aprovada pelo CFC e publicada no DOU, em 28 de dezembro de 2020, que trata sobre a

Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, uma abordagem formada por um conjunto de diretrizes, as quais não impõem a exigência de elaboração do Relato Integrado por parte das empresas no Brasil. Essas orientações indicam, entre diversas cláusulas, os princípios nos quais o Relato Integrado deve fundamentar-se, a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazo, a visão orientada para o futuro, a brevidade e o foco estratégico (CFC, 2020).

2.3 Teoria da divulgação – *Disclosure*

Além das divulgações exigidas por regulamentos, as empresas também podem optar por divulgar informações voluntariamente. No contexto empresarial e financeiro, "*disclosure*" refere-se à prática de tornar públicas informações relevantes sobre uma empresa, seus negócios, suas operações financeiras, seus riscos e outros aspectos que podem afetar a percepção dos *stakeholders* sobre a empresa (SANTOS NETO et al., 2023). A teoria do *disclosure* explora as razões pelas quais as empresas optam por divulgar informações (SANTOS NETO et al., 2023).

De acordo com Ferreira, Miranda, Santos (2021, p. 112), divulgação voluntária pode ocorrer em resposta a incentivos ou pressões dos usuários. Quando as empresas optam por divulgar informações voluntariamente, buscam alterar a percepção dos diversos participantes do mercado em relação à sua capacidade de criar valor. Os possíveis benefícios incluem a redução da sensibilidade da empresa ao risco sistemático, a diminuição do custo de capital e o aumento de seu valor de mercado.

Deve-se considerar ainda que a divulgação voluntária pode ser moldada pela possibilidade de escolha por parte do agente e nos seus relatórios anuais procura-se ter a intenção de conferir credibilidade à organização e, conseqüentemente, tender a ressaltar os sucessos, minimizando os resultados desfavoráveis (DYE, 2001).

Com base no exposto, a teoria do *disclosure* é uma abordagem fundamental para entender a divulgação de informações por parte das empresas e como essa divulgação afeta os mercados financeiros, a transparência empresarial e a confiança dos *stakeholders*, ela pode servir como uma “lente” que analisa os motivos e as circunstâncias sob as quais a organização opta por divulgar informações além das exigências legais.

3 Metodologia

Para Gil (2022), a pesquisa pode ser descrita como um processo lógico e sistemático que busca fornecer soluções para questões propostas, além de estabelecer relações entre variáveis. Os

tipos de pesquisa podem ser categorizados com base em seus objetivos, incluindo pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. De acordo com Gil (2022), os estudos exploratórios buscam estabelecer uma maior compreensão do problema, tornando-o mais evidente ou gerando hipóteses. Dentro desse contexto, destacam-se aquelas que visam analisar as características de um grupo. Por outro lado, as pesquisas explicativas concentram-se na identificação dos fatores que influenciam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse tipo de pesquisa representa uma abordagem mais aprofundada do conhecimento da realidade, uma vez que se dedica a explicar a razão ou o porquê de as coisas acontecerem (GIL, 2022).

A empresa de grande porte utilizada para o estudo foi a BRF S.A., que é uma das maiores empresas de alimentos do mundo, com sede no Brasil. Ela é uma das principais produtoras e exportadoras globais de proteína animal, atuando principalmente nos segmentos de carne de frango e suína, além de processados à base de carne. A empresa foi fundada em 2009, a partir da fusão entre a Sadia e a Perdigão, duas empresas brasileiras renomadas no setor de alimentos. A seguir, na tabela 1, o resumo da BRF em 2015 e 2022.

TABELA 1 - RESUMO DA BRF EM 2015 E 2022.

Informações	Ano 2015	Ano 2022
Empresa	BRF S/A	BRF S/A
Setor	ALIMENTOS	ALIMENTOS
Market Share	52,80%	72%
Receita Líquida	\$ 23.197 Milhões	\$ 53,8 Bilhões
EBITDA	\$ 5.735 Milhões	\$ 4,1 Bilhões
Valor de Mercado	\$ 56.190 Milhões	\$ 9 Bilhões

Fonte: Adaptado e atualizada de Montavani et al., 2015 e 2022.

Para o presente estudo foi analisado o Relatório Integrado Anual de 2015 e 2022, disponibilizado publicamente no site eletrônico da empresa. Para alcançar os objetivos estabelecidos, a escolha recaiu sobre a pesquisa descritiva. Essa abordagem tem como propósito apresentar as características de determinada população ou de determinado fenômeno, sem explicar estes fenômenos (VERGARA, 2016). Segundo Triviños (2015, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Isso permite a observação, o registro, a análise, a classificação e a interpretação dessa situação.

Neste trabalho, foi empregado uma abordagem qualitativa. Esse método envolve a coleta de dados sem o uso de medições numéricas com o propósito de explorar ou aprofundar questões de

pesquisa. Em seu processo de interpretação, pode ou não confirmar hipóteses. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A coleta de dados foi baseada em procedimentos de pesquisa documental, enfocada documentos que ainda não passaram por análise analítica (GIL, 2022). Os dados são secundários e obtidos nas seguintes fontes: a Estrutura Conceitual para o Relato Integrado (IIRC, 2014), CTG 09 CFC, e o relato integrado do ano de 2015 e de 2022 da empresa pesquisada, que podem ser publicados sob a denominação de relato integrado, relatórios de sustentabilidade ou de relatórios anuais.

O processo de análise em relação à conformidade aos seis capitais presentes no *framework* foi conduzido por meio das três fases do método de análise. Inicialmente, na fase de pré-análise, o material foi selecionado e organizado com o objetivo de familiarizar-se com o documento, de identificar pontos relevantes e formular pesquisa.

Na segunda fase, a exploração do material, foram aplicadas técnicas de codificação, classificação e categorização para examinar detalhadamente o conteúdo. Para analisar o relatório integrado da BRF, foi obtido o arquivo em formato PDF diretamente da *homepage* da empresa e segmentado em tópicos principais, permitindo a identificação da divulgação ou ausência das categorias propostas no estudo. A seleção dos anos de análises consiste no fato de escolher ano do RI logo após a publicação da atual CTG 09 (CFC, 2020) para se comparar com a análise de Mantovani et. al (2017).

A terceira fase envolveu o tratamento dos resultados e a interpretação. Após ocorrer a extração dos pontos mais relevantes do relatório, uma análise minuciosa dos dados obtidos foi realizada para compreender como a organização apresentou essas informações em seu relatório.

Foi aplicado um *checklist*, conforme os quadros 2 a 6 da seção seguinte, de Montovani et. al (2017), e adaptado à norma do CTG-09 (CFC, 2020), para analisar as subcategorias dos capitais, se são divulgados ou não e verificar sobre princípios, elementos de conteúdo e a geração de valor no seu Relatório Integrado.

4 Resultados e Análise dos dados

Esta seção trata dos resultados e discussão obtidos durante a análise realizada da empresa BRF, verificando como é divulgado os capitais conforme proposto na Estrutura Conceitual para Relato Integrado (RI), se adaptado à atual CTG-09, a fim de complementar a estrutura conceitual de RI, assim começando pelo Capital Natural.

O quadro 2 trata do o capital natural que deve ser transparente quanto à forma como a organização utiliza, consome e reutiliza os recursos naturais necessários para sua principal atividade, bem como seu tratamento dos subprodutos resultantes desse processo. É essencial destacar como a empresa emprega esse capital na aquisição de outros ativos e demonstrar seu comprometimento com a gestão responsável dos recursos naturais escassos, como água, minerais e energia.

QUADRO 2 – ANÁLISE DA SUBCATEGORIA DO CAPITAL NATURAL.

Categoria		Capital Natural			
Subcategorias	Palavras Chaves	2015		2022	
		Não divulga	Divulga	Não divulga	Divulga
Emissão de carbono	Emissão, emissões, gás, gases, carbono, CO ₂ ;		X		X
Consumo de energia	Energia, fonte, quantidade, aproveitamento, renovável;		X		X
Investimento Ambiental	Reciclagem, recicláveis, resíduos, acidente, proteção, descarte;		X		X
Consumo de recursos naturais	Água, reuso, aproveitamento, potável, tratamento.		X		X

Fonte: dados da pesquisa, 2022, adaptado e atualizada de Montavani et al., 2015.

Ao analisar esses dados no Relatório Integrado da BRF S/A, a empresa divulgou 100% desses dados, tanto no RI de 2015 como no de 2022, conforme o quadro acima. A gestão ambiental da BRF tem sua base nas diretrizes da norma ISO 14001, programas como o +Excelência e o Sistema de Excelência Operacional (SEO) e por leis e regulamentos para assegurar busca de eficiência nas atividades, e é direcionada por uma política ambiental específica que trata dos impactos ambientais associados às suas operações. Essa política estabelece o cumprimento mínimo das exigências legais como um ponto de partida e, para garantir sua efetiva implementação, a empresa mantém equipes especializadas em suas operações, que asseguram a conformidade com as diretrizes globais da organização.

O próximo quadro (3), que trata sobre o capital humano, abrange as competências, habilidades, experiências e motivações das pessoas para inovar. Nesse sentido, todas as informações relativas às subcategorias apresentadas foram integralmente divulgadas 100% tanto em 2015 como em 2022.

QUADRO 3 – ANÁLISE DA SUBCATEGORIA DO CAPITAL HUMANO.

Categoria		Capital Humano			
Subcategorias	Palavras Chaves	2015		2022	
		Não divulga	Divulga	Não divulga	Divulga
Número de funcionários	Colaborado, funcionário, empregado, terceiros;		X		X
Desenvolvimento	Capacitação, e-learning, feedback, treinamento, carreira;		X		X
Diversidade	Sexo, gênero, etnia, religião, naturalidade, deficiência, inclusão;		X		X
Remuneração	Salário, PLR, bônus, participação, lucros, benefícios.		X		X
Total de investimento treinamento	Treinamento, capacitação;	-	-		X

Fonte: dados da pesquisa, 2022, adaptado e atualizada de Montavani et al., 2015.

Na BRF, dar valor aos seus colaboradores é o alicerce fundamental, promovendo uma integração bem-sucedida das pessoas na sua cultura com total engajamento. O objetivo é estimular a integração dos colaboradores em todos os níveis da empresa, desde o “chão de fábrica” até os escritórios, facilitando a convivência da diversidade cultural, regional e individual. A empresa atualmente se destaca pelos seus investimentos em seus colaboradores, pela inclusão de pessoas de todos os tipos, pela criação de benefícios internos e pelo alto investimento em treinamento em seus colaboradores.

O capital social e de relacionamento, que é o próximo quadro a ser tratado (4), refere-se à habilidade da organização de aprimorar o bem-estar tanto individual quanto coletivo, ao mesmo tempo em que estabelece relações de confiança com as partes interessadas. Isso inclui a divulgação de ativos intangíveis, relacionados à marca, reputação, licença social para operar, valores e comportamento que a entidade mantém. Essa categoria foi representada pelas subcategorias elencadas no quadro abaixo e a BRF divulgou 33%, em 2015, do conteúdo proposto e, em 2022, divulgou 100% dessas informações.

QUADRO 4 – ANÁLISE DA SUBCATEGORIA CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO.

Categoria		Capital Social			
Subcategorias	Palavras Chaves	2015		2022	
		Não divulga	Divulga	Não divulga	Divulga
Investimento social	Projeto, programa, investimento, gastos filantropia, inclusão;		X		X
Satisfação de clientes	Pesquisa, ouvidoria, SAC, reclamações, atendimento;	X			X
Reclamações judiciais	Processos, ações, multas, provisões, indenização;	X			X

Fonte: dados da pesquisa, 2022, adaptado e atualizada de Montavani et al., 2015.

A empresa está empenhada em fortalecer seus vínculos com seus públicos, promovendo a transparência e aprimorando a qualidade de vida de seus colaboradores e da sociedade em geral. Além disso, a realiza uma avaliação mensal do impacto social, econômico e ambiental nas comunidades onde opera, acompanhando o progresso dos projetos implementados. Também possui uma parceria com clientes e consumidores, onde há canais de relacionamento com os consumidores e clientes, sobre o serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e dentre outros, seja ao atender o consumidor final. A BRF pauta a sua atuação pela transparência, pela ética e pelo seu compromisso com a qualidade e segurança, e busca prover experiências positivas dos produtos e serviços nos diferentes pontos de contato.

Conforme o *framework*, o capital intelectual engloba os ativos intangíveis da empresa, como patentes, direitos autorais, software e licenças. Tratando do quadro 5, que além disso, inclui no mesmo grupo o capital organizacional, que abrange sistemas, procedimentos e protocolos. Para esse princípio sugerimos as subcategorias do quadro e nesses quesitos a companhia divulgou 80% do conteúdo em 2015 e em 2022, além de ser incluindo mais dois campos para análise, obteve 100% da divulgação dos resultados no Relato Integrado.

QUADRO 5 – ANÁLISE DA SUBCATEGORIA CAPITAL INTELECTUAL.

Categoria		Capital Intelectual			
Subcategorias	Palavras Chaves	2015		2022	
		Não divulga	Divulga	Não divulga	Divulga
Investimento em P&D	Quantidade, pesquisadores, instalações, universidade, patente, registro;		X		X
Reconhecimento de marca	<i>Market share</i> , fidelidade, identificação, reconhecimento, marca;		X		X
Novos produtos	Propaganda, publicidade, pesquisa, marketing, lançamento.	X			X
Número de patentes requeridas	Patente	-	-		X
Despesas com softwares para sistemas internos	<i>Software</i> , sistemas, tecnologias;	-	-		X

Fonte: dados da pesquisa, 2022, adaptado e atualizada de Montavani et al., 2015.

Devido à sua presença global, a BRF enfrenta desafios significativos, que incluem a gestão de suas marcas, a promoção da inovação e a busca pelo atendimento das expectativas dos consumidores em relação aos seus produtos. Em 2022, foi implementado um novo protocolo de avaliação ESG no fluxo de aprovação de projetos de inovação de novos produtos que incluem critérios de relacionados a água, embalagens, bem-estar animal e responsabilidade

social. Os investimentos em tecnologias de automação para as mensurações de água somaram R\$ 18,4 milhões, no período de 2021 a 2022.

De acordo com o *framework*, o capital financeiro, o quadro 6 refere-se ao conjunto de recursos disponíveis para que a empresa os aplique na produção de bens ou serviços. Esses recursos podem ser adquiridos por meio de financiamentos, emissões de ações e subvenções. No âmbito desta categoria, relaciona-se as subcategorias, das quais a entidade divulgou 100% do conteúdo indicado em 2022, mas, em 2015, foi divulgado 75%.

QUADRO 6 – ANÁLISE DA SUBCATEGORIA DO CAPITAL FINANCEIRO.

Categoria		Capital Financeiro			
Subcategorias	Palavras Chaves	2015		2022	
		Não divulga	Divulga	Não divulga	Divulga
Gestão de fluxo de caixas	Planejamento financeiro;		X		X
Custos operacionais	Operação, produção, distribuição;		X		X
Riscos e proteção	<i>Hedge</i> , <i>swap</i> , controle, mercado, câmbio;	X			X
Planejamento financeiro	Endividamento, liquidez, índices, tesouraria, ações, debêntures.		X		X

Fonte: dados da pesquisa, 2022, adaptado e atualizada de Montavani et al., 2015.

O Relatório Integrado (RI) da BRF divulgou e explicou detalhadamente o seu resultado financeiro, global e do Brasil, apresentando diversos dados contidos em suas demonstrações financeiras, tais como, receita operacional líquida, custo do produto vendido, lucro bruto, despesas operacionais, resultado de equivalência patrimonial e resultado operacional. Tendo destaque no RI de 2022, a BRF seguiu trabalhando na readequação do seu endividamento, buscando formas de reduzir alavancagem tanto no médio, quanto no curto prazo. Encerrando o ano de 2022 com uma relação dívida x Ebitda 16,8% maior, alcançando 3,55%.

A próxima análise subcategoria de capitais, deveria ser o do Capital Manufaturado, que abrange os objetos físicos manufaturados disponíveis à organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, incluindo: prédios; os equipamentos; e o infraestrutura. Porém esse capital não tem evidenciado em conformidade com o *framework* no Relato Integrado da empresa, em 2022, assim como em 2015, também não.

Em uma visão geral, a BRF segue a Estrutura Conceitual para Relato Integrado, com a inclusão do CTG-09, a fim de complementar a estrutura conceitual. Com isso, vale ressaltar que no RI em 2022, é destacado a geração de valor, um capítulo no RI da BRF, que reúne indicadores, projetos e exemplos que demonstram como é criado e compartilhado valor, a partir

das relações construídas pela companhia, com os capitais acessados e os públicos que impacta, abrangendo os quesitos econômicos, ambientais, sociais e de governança (ESG). Na parte financeira, em 2022, a receita líquida somou R\$ 53,8 bilhões, com um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior. O Ebitda ajustado do período foi de R\$ 4,1 bilhões; 27,9% abaixo do ano anterior, e o lucro foi fortemente impactado no período ainda refletindo os ajustes de desempenho e operação da companhia. Na parte ambiental possuem um complexo sistema de gestão ambiental para mensurar impactos, contando com o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA) como indicador para acompanhar a proteção ao meio ambiente e desempenhos em efluentes, resíduos, emissões, ruído, odor e atendimento a outorgas e licenciamentos ambientais.

Diante do exposto, a empresa BRF S.A., quanto a à teoria da divulgação, têm-se disponibilizado diversos relatórios financeiros, incluindo a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), sendo destacado brevemente no RI, como o valor foi gerado pela empresa ao longo de um período contábil e como esse valor foi distribuído entre os diferentes *stakeholders*. E no mesmo relatório, é abordado os Elementos de Conteúdo, que tem sido apresentado ao longo deste trabalho, sendo destacado o padrão elevado de transparência e governança corporativa, fornecendo informações detalhadas sobre sua situação financeira, desempenho operacional e estratégias, por meio de relatórios financeiros e de sustentabilidade. De forma geral, a divulgação dessas informações pode ser entendida como a disponibilização de informações confiáveis e relevantes da empresa. Esse cenário implica que não é a quantidade de informações divulgadas que é relevante, mas a qualidade da informação prestada.

5 Considerações finais

A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. Nos últimos anos, testemunha-se um significativo avanço da globalização e um maior amadurecimento nas comunicações das empresas com seus *stakeholders*, em resposta a essa evolução. A inclusão do CTG-09 na estrutura conceitual do Relato Integrado (RI) surge como uma resposta complementar a esses acontecimentos. Essa complementação da Estrutura Conceitual do RI não apenas reflete as mudanças no ambiente empresarial, mas também fortalece a transparência, a prestação de contas e a eficácia das comunicações corporativas.

O estudo em questão teve como propósito de analisar como está a divulgação do RI e dos capitais propostos pela Estrutura Conceitual da CTG-09 em uma empresa de grande porte. Para atingir esse objetivo, foram delineados objetivos específicos, incluindo a identificação dos diferentes tipos de capitais presentes no RI nas edições de 2015 e de 2022 da empresa selecionada, a análise do conteúdo dos capitais divulgados em relação à estrutura conceitual para o RI, e a verificação das mudanças implementadas nos relatórios da empresa, após a publicação da norma, a CTG 09 (CFC, 2020).

Com base nos dados obtidos diretamente dos relatórios integrados da BRF de 2015 e de 2022, observou-se que a empresa disponibiliza os capitais na mesma ordem em que são apresentados no *framework*. Houve uma atualização do Relato Integrado com a inclusão da CTG 09, visando complementar sua estrutura. É importante ressaltar que em 2022, os capitais Financeiro, Intelectual, Humano, Social e de Relacionamento, e Natural foram divulgados integralmente. Analisando e comparando o RI de 2015 com o RI de 2022 da empresa, as informações sobre o Capital Financeiro apresentam a divulgação de 75% de evidenciação dos elementos que compõem o de 2015. Foi destacado por Mantovani et al. (2017) o fato de a companhia ser uma entidade global, seria interessante que os riscos, câmbio, *hedge* fizessem parte das próximas divulgações, o que ocorreu na edição de 2022, essas informações são divulgadas 100%.

Em relação ao Capital intelectual, em 2015, foi evidenciado 66% por conta de baixa divulgação no relato da CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), mas em 2022 é divulgado 100% das informações, sendo incluso mais dois campos para análises, sendo eles de números de patentes requeridos e despesas com *software* com sistemas internos. Já os Capitais Humano e Natural são os únicos cuja evidenciação chegou aos 100%, em 2015. Isso mostra que o relato integrado é um relatório que complementa os demonstrativos contábeis e não um relatório que substitui os demonstrativos contábeis. O Capital Social, em 2015, teve uma evidenciação de 33%. Contudo, a divulgação dos capitais no RI de 2022, citados acima, foram divulgados 100%.

No entanto, o Capital Manufaturado não foi evidenciado em conformidade com o *framework* no RI da empresa, tanto em 2022 quanto em 2015. Além disso, os relatórios abordam os Elementos de Conteúdo, mas a geração de valor e o Demonstrativo de Valor Adicionado, somente é destacado na edição de 2022.

A inclusão da CTG 09 para complementar a estrutura do Relato Integrado torna-se evidente para uma necessidade de conscientização mais ampla por parte das empresas, academia e da literatura especializada, visando aprofundar o entendimento sobre o tema. Este estudo se insere em um contexto de pesquisa contínua.

Recomenda-se que, no futuro, seja realizada uma nova investigação no Relato Integrado da empresa BRF S.A. para verificar se houveram atualizações e inclusões relacionadas ao Capital Manufaturado. Isso contribuirá para enriquecer o debate em curso promovendo uma maior transparência e uma compreensão mais abrangente do ambiente empresarial por parte de todos os envolvidos.

Referências

- ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY – A4S – **The Prince’s Accounting for Sustainability Project 2016**. Disponível em: <https://www.accountingforsustainability.org/en/about-us/overview.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- BRF. **Relatório Integrado 2015**. BRF GLOBAL. 2016. Disponível em: <https://ri.brf-global.com/informacoes-financeiras/relatorios-aneais/>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- BRF. **Relatório Integrado 2022**. BRF GLOBAL. 2023. Disponível em: https://www.brf-global.com/wp-content/uploads/2023/05/BRF_RI2022_26.05.23.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.
- BROCKETT, A.; REZAEI, Z. Corporate sustainability: integrating performance and reporting. In: **Wiley Corporate F&A Series**. Hoboken, NJ: Wiley corporate F&A, 2013.
- CINTRA, Y. C. **A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil**, 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Acesso em: 3 mar. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Orientação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – OCPC 9 – Relato Integrado**. 06 de nov. 2020. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2020/09/OCPC-09-Audiencia.docx>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **CTG 09 - Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado**, 2020. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG09.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- COSTA, E.; FERREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.
- DYE, R. A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.
- FENKER, E. A.; DIEHL, C. A.; ALVES, T. W.; KALINOWSKI, C. **Gestão ambiental: incentivos, riscos e custos**. São Paulo: Atlas, 2015.
- FERREIRA, T. S. V.; MIRANDA, K. F.; SANTOS, L. M. S. Teoria da divulgação. In: ALMEIDA, K. K. N.; FRANCA, R. D. (org.). **Teoria aplicada à pesquisa em contabilidade: uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.
- GARCIA, A. S.; SOUZA, V. M. Relatos integrados no Brasil pós-agenda 2030: uma análise à luz da teoria da comunicação. In: 21º *USP International Conference in Accounting*. 2021. **Anais...** 21. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, setembro, 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC), **Estrutura internacional para relato integrado**. 2014. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-INTEGRATED-REPORTING-COUNCIL-\(IIRC\)-Towards-integrated-reporting](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-INTEGRATED-REPORTING-COUNCIL-(IIRC)-Towards-integrated-reporting). Disponível em: https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_sbpreads.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.
- KASSAI, J. R.; CARVALHO, N. Relato integrado: a próxima revolução contábil. In: XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, ENGEMA. 2013. **Anais...** 15. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, setembro, 2013.

Relato Integrado em uma Empresa de Grande Porte Antes e Depois: O Que Mudou Após a Nova Norma?

Nayara Cristina Córdoba Silva, Alexandre de Freitas Carneiro, Elizângela Maria Oliveira Custódio, Isaac Costa Araújo Filho

- KASSAI, J. R.; CARVALHO, N.; KASSAI, J. R. S. *Contabilidade ambiental: relato integrado e sustentabilidade*. São Paulo: Grupo GEN/Atlas, 2019.
- KING, M.; ROBERTS, L. *Integrate: doing business in the 21st century*. **Claremont: Juta**, 2013. Disponível em: <https://juta.co.za/pdf/23631/>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- MACIEL, P. Á. **Relato integrado: uma análise da evolução conceitual e sua aplicação nos relatórios das empresas do Brasil**. Rio de Janeiro. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio de Janeiro, FACC, Rio de Janeiro, 2015.
- MANTOVANI, F. R.; JAEL, A.; LEE, A.; BEZERRA, I.; SANTOS, R. B. Relato integrado: uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. **Redeca**, v. 4, n. 1., jan./jun., p. 30-45., 2017.
- MARIA, S. C.; D'ANGELO, M. J.; BORGERTH, V. M. C. Lacunas de engajamento e utilização do relato integrado no Brasil. **Revista de Contabilidade & Finanças USP**, São Paulo, v. 33, n. 88, p. 63-80, jan./abr. 2022.
- SANTOS NETO, F. B. dos; SOUZA, J. L.; MAGALHÃES, J. P. M.; PARENTE, P. H. N. Explorando os diferenciais de disclosure de subvenção e assistência governamentais nas empresas brasileiras listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 22, p. 1-17, 2023.
- PAREDES, A. G.; BESEN, F. G.; ALMEIDA, R. S. Relato integrado: nível de aderência dos indicadores-chave dos capitais não financeiros das empresas do setor financeiro. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 22, n. 50, p. 80-96, jan./abr. 2022.
- PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVIERI NETO, R.; SILVA, C. A. S. **Relatório integrado: integração entre informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos**. São Paulo: Atlas, 2014.
- PRATES, J. C. R.; AVELINO, B. C. Análise alternativa da transparência nos relatórios de sustentabilidade: uma revisão crítica da Literatura. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 18, n. 1, p. 139-158, 2024.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2015.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Data de Submissão: 05/05/2024

Data de Aceite: 18/06/2024